

## **O ensino da saúde na educação básica: desafios e possibilidades**

### **Health education in basic education: challenges and possibilities**

**Marta Caires de Sousa**

Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências  
Universidade Federal da Bahia (UFBA)  
mcaires7@gmail.com

**Ana Paula Miranda Guimarães**

Instituto Federal da Bahia (IFBA)  
anaguimaraes@ifba.edu.br

#### **Resumo**

O termo 'Saúde' é considerado polissêmico. Seu significado varia em determinadas sociedades e está diretamente vinculado a fatores sociais, econômicos e culturais. No contexto da educação básica, tal abordagem volta-se, principalmente, para o entendimento da saúde enquanto oposição à doença, com ações educativas dirigidas na perspectiva da transmissão de um saber prescritivo, que enfatiza a mudança de comportamentos individuais. Todavia, é possível apresentar o ensino de saúde numa perspectiva de formação cidadã e crítica, que favoreça o entendimento da saúde em seu conceito amplo e como um direito social. Este trabalho discute, teoricamente, os desafios e as possibilidades de abordar estas questões na educação básica. Destaca, também, a necessidade de ensinar saúde como fruto de produção social, bem como a inserção de aspectos das políticas de acesso aos serviços de saúde, como o Sistema Único de Saúde.

**Palavras-chave:** educação em saúde, ensino de saúde, direito à saúde, educação básica.

#### **Abstract**

The term 'Health' is considered polysemous. It's meaning varies in certain societies and is directly linked to social, economic and cultural factors. In the context of basic education, this approach focuses mainly in the understanding of health as an opposition to the disease, with educational actions directed towards the transmission of a prescriptive knowledge that emphasizes the change of individual behaviors. However, it is possible to present health education in a perspective of citizen and critical education, which favors the understanding of health in its broad concept and as a social right. This paper theoretically discusses the challenges and possibilities of addressing these issues in basic education. Its also highlights the need to teach health as a result of social production, as well as the insertion of aspects of policies to access health services, such as the Health Unic System.

**Key words:** health education, health teaching, right to health, basic education.

## Introdução

Saúde e doença não são condições estáveis, mas variam historicamente e os seus diferentes significados refletem determinada conjuntura social vigente. A definição destes termos é complexa, por serem polissêmicos, por terem compreensões variadas entre diferentes sociedades e em diferentes grupos de sujeitos. Para Almeida-Filho (2013), tanto o conceito de saúde como o de enfermidade não são triviais, mas derivam de várias implicações, que resultam em um determinado conhecimento e ao mesmo tempo constituem uma grande lacuna epistemológica. A Organização Mundial de Saúde (OMS), em 1946, definiu saúde como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não consiste apenas na ausência de doença ou de enfermidade”. Tal conceito definido pela OMS, embora associe a saúde a questões de maior amplitude, por outro lado, é considerado utópico, pois o “completo bem-estar” dificilmente se concretiza.

Uma compreensão mais ampla de saúde, que considera os aspectos sociais, econômicos e culturais de determinada sociedade, entende que a saúde é fruto da produção e reprodução social, visto que os modos pelos quais as sociedades identificam os seus problemas de saúde, buscam a sua explicação e se organizam para enfrentá-los variam historicamente e dependem de determinantes estruturais, econômicos, políticos e ideológicos (PAIM, 2006). Portanto, pode-se inferir que a saúde é definida ideológica, cultural e socialmente. Além disso, em sentido amplo, saúde é considerada como resultante das condições de alimentação, educação, moradia, emprego, renda, meio ambiente equilibrado, lazer e acesso aos serviços de saúde. Em sociedades desiguais, as condições para ter saúde não são as mesmas para todos, o que gera desigualdades nos níveis de saúde e na qualidade de vida. Desta forma, compreender o significado de saúde em sua amplitude é fundamental para identificar os fatores que a determina, associando que saúde é um direito social, um direito de cidadania.

Para que o sucesso do processo ensino-aprendizagem seja efetivado, é necessário, então, que a educação inclua a saúde na sua agenda de discussão a partir de um conceito amplo; ou seja, saúde enquanto estilos de vida, direito e como política pública. No ambiente escolar, um contexto favorável à formação crítica e consciente das pessoas, um aspecto importante é que a saúde não esteja restrita a um discurso limitado entre a esfera biológica e comportamental do indivíduo. Martins (2011) aponta que, apesar de existir abordagens da saúde que levam em consideração fatores sociais e ambientais, no contexto escolar, observam-se poucas mudanças na forma de ensinar a saúde. No espaço escolar, a saúde, na maioria das vezes, tem sido abordada em oposição à doença e mudanças de atitudes individuais apontadas como condição para se obter saúde. Portanto, é importante suscitar o debate sobre a necessidade de superação dos discursos hegemônicos e a emergência do desenvolvimento de concepções mais amplas e capazes de formar cidadãos que compreendam a saúde em seu conceito mais abrangente e enquanto um direito. Este ensaio tem por objetivo discutir os desafios da abordagem da saúde no contexto educacional, apresentando uma problematização sobre a inserção do tema para além da abordagem biomédica e a necessidade de tratar a saúde numa perspectiva polissêmica e como um direito social.

A elaboração do presente ensaio se deu a partir de um levantamento bibliográfico sobre as referências epistemológicas da saúde na educação básica. O levantamento foi realizado nas plataformas de busca LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), BVS (Biblioteca Virtual em Saúde), SciELO (Scientific Electronic Library Online) e

ERIC (Education Resources Information Center). A busca por trabalhos considerou os indexadores “saúde + educação básica”, “ensino de saúde + educação básica” “educação em saúde” “saúde na escola”, “saúde + direito + educação básica” e os mesmos termos em inglês. Ainda foram considerados documentos normativos do Ministério da Educação que versam sobre o tema.

Após a leitura dos resumos, foram selecionados aqueles trabalhos que tratavam sobre “educação em saúde”, “ensino de saúde” e “direito à saúde”. Poucos estudos refletiam sobre a saúde enquanto um tema de ensino na educação básica e nenhum deles relacionou a saúde enquanto um direito social que deve ser abordado nas práticas educativas.

### **A saúde na escola: novos tempos, velhos desafios**

O espaço escolar, historicamente, faz parte dos debates relacionados às questões de saúde, seja com práticas higienistas, biologistas e assistenciais (FIGUEIREDO et al., 2010), ou com atividades educativas voltadas à prevenção de doenças (VALADÃO, 2004; SOUSA, 2014). A discussão sobre a saúde no cenário escolar foi formalizada através da Lei 5.692/71, que introduziu nos currículos escolares a disciplina Programa de Saúde, cujos objetivos estavam voltados para o desenvolvimento de hábitos saudáveis nos estudantes. De forma contínua, a temática saúde sempre foi fomentada no ambiente escolar pelo Ministério da Educação, ora incentivando-a como tema transversal, como propõem os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (BRASIL, 1998); ora como referencial para os currículos escolares, descritos nas Diretrizes Curriculares para a Educação Básica (BRASIL, 2013). Ainda teve sua inserção como ação assistencial conforme previsto no Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014). Além disso, a saúde foi apontada como direito de aprendizagem do estudante, tal como expresso na versão preliminar da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2016).

Diante desse cenário, é relevante perceber como a temática saúde é discutida nos espaços escolares e qual o discurso expresso. Valadão (2004) ressalta que as ações educativas voltadas para a saúde apoiam-se na perspectiva da transmissão de um saber especializado, técnico, biologista e hegemônico sobre o saber popular. Essa abordagem da saúde tem apoio em diversos materiais pedagógicos, dentre eles o livro didático, tido como instrumento pedagógico amplamente utilizado por professores no processo de ensino e de aprendizagem. Ao investigar como a saúde está inserida nos livros didáticos, estudos indicam que em muitos deles prevalece uma abordagem biomédica, revelando uma visão limitada que privilegia a doença e os seus aspectos meramente biológicos (MOHR, 1995; SANTOS; MARTINS e EL-HANI, 2012). A abordagem biomédica da saúde tem sido o tipo hegemônico em diversos espaços quando o tema é saúde. Segundo Cutolo (2006, p.17), essa abordagem “tem se caracterizado pela explicação unicausal da doença, pelo biologicismo, fragmentação, mecanicismo, nosocentrismo, recuperação e reabilitação, tecnicismo e especialização” e o centro da atenção é o indivíduo doente. Na perspectiva biomédica, Martins (2011) ressalta que o foco sobre saúde recai sobre a objetividade do conhecimento científico e a sua fragmentação, tendo nesta as contribuições do pensamento cartesiano.

Outro ponto relevante que merece destaque sobre a saúde nos livros didáticos é que o tema é abordado de forma majoritária nos livros das disciplinas específicas como Ciências, no Ensino Fundamental, e Biologia, no Ensino Médio (TANAKA, et al., 2008; MARTINS, 2008), contrariando o que foi sugerido amplamente pelos PCN, os quais indicam que a saúde deve ser trabalhada de forma transversal. Lomônaco (2006) salienta o desafio referente ao ensino da saúde com base na transversalidade. Para a autora, a transversalidade é um termo

utilizado como paradigma da reforma educacional e surge como um avanço em relação aos conceitos de interdisciplinaridade, sendo definida como integração interna que rompe a estrutura de cada disciplina, dando lugar a um saber coeso, integrado e significativo. A transversalidade, por sua vez, por admitir um trânsito livre entre os inúmeros campos do saber, integrando as diversas áreas, possibilitaria ao aluno um acesso diferenciado ao conhecimento (LOMÔNACO, 2006). Dessa forma, a saúde trabalhada de forma transversal é um desafio frente ao formato disciplinar da educação, sendo, possivelmente, um dos motivos que fazem com que as discussões sobre saúde não ultrapassem o limiar das disciplinas Biologia e Ciências.

Se há carência de um tratamento mais amplo sobre saúde em livros didáticos e o trabalho transversal com o tema é um desafio, outro fator que contribui para a abordagem reducionista da saúde nos espaços escolares é a carência do tema nos currículos dos cursos de licenciaturas e Pedagogia, conforme apontaram Gatti e Nunes (2009) e Leonello e L'abbate (2006). As autoras supracitadas observaram que esse conteúdo está distante do ementário de vários cursos, ocasionando uma formação inadequada para os futuros professores.

De efeito, estudos sobre a abordagem da saúde nas escolas demonstram que, na visão dos professores, ainda predomina a ideia de saúde associada aos aspectos puramente biológicos, à prestação de serviços de saúde e ao tratamento de doenças (LEVORLINO; 2000, SOUSA, 2014), e também prevalecem limitadas orientações aos alunos acerca de ações de higiene do corpo e a comportamentos considerados saudáveis, em uma perspectiva individual (VILLARDI, 2011). Diante desse cenário, concordamos com Martins (2011) ao afirmar que, apesar de existir mudanças conceituais sobre saúde, poucas mudanças ocorreram na forma de ensinar saúde no sistema escolar brasileiro. Embora exista uma vasta produção acadêmica sobre o conceito ampliado da saúde (PAIM, 2006; ALMEIDA-FILHO, 2013) e a saúde enquanto um direito social (SANTOS, 2006), tal conhecimento ainda é pouco explorado nos espaços escolares. Mudanças na abordagem da saúde, certamente, contribuirão para modificar a forma de entendimento da população, que ainda atribui saúde enquanto oposição às doenças e às incessantes buscas por serviços curativos.

Tais pressupostos inferem que a saúde na escola e em seus vários contextos necessita romper com a lógica individualizada, fragmentada e biologistica de abordar o tema. É importante que a escola valorize os sujeitos como personagens protagonistas de suas escolhas, como agentes transformadores e conscientes de que os problemas e necessidades de saúde são individuais e também coletivos, além de estarem condicionados a multifatores.

## **A saúde como direito**

A Constituição Federal de 1988, em seu Art. 196, aponta que “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (BRASIL, 1988). A partir de tal afirmação constitucional, a saúde passa a ser uma conquista social, um direito de cidadania, associado a um dos princípios fundamentais, que é a dignidade da pessoa humana. O direito à saúde não se resume ao acesso aos serviços de saúde, mas inclui medidas de proteção e promoção à pessoa, de modo que a saúde esteja atrelada a questões mais amplas, envolvendo uma adequada qualidade de vida.

Para Dallari (1988), o direito à saúde será ou não garantido conforme a participação dos indivíduos no processo. O reconhecimento da saúde como direito é fruto de recente conquista, construída com embates de concepções sobre saúde e lutas dos movimentos sociais contra as desigualdades sociais e iniquidades em saúde, além da defesa de uma sociedade mais igualitária. Como resultado, fica evidente que a saúde é um direito de todos os cidadãos, todavia, eles precisam ser atores ativos e coletivos, para evitar que a saúde seja considerada uma mercadoria, mas como fator imprescindível para garantir qualidade de vida (BRASIL, 2006).

A partir de 1988, uma das formas de efetivação do direito à saúde foi à construção do Sistema Único de Saúde (SUS) (BRASIL, 1990). Esse sistema apresenta princípios fundantes, como a universalidade, integralidade e equidade, de forma a proporcionar a todos os cidadãos brasileiros a promoção, a prevenção, o tratamento e a recuperação da saúde. Para Moura (1996), o conhecimento que os diversos segmentos da sociedade têm sobre a questão da saúde é fundamental para a instituição dos direitos. Sendo assim, a população nem sempre tem o conhecimento do funcionamento do SUS e seu direito à saúde. Cotta et al. (2006) analisaram o nível de apreensão e conhecimento do SUS por profissionais de saúde e usuários do sistema e identificaram um total desconhecimento sobre este assunto por ambos atores sociais. Talvez essa falta de conhecimento sobre o SUS, por uma parcela significativa da população brasileira, contribua para que ele ainda não seja uma política pública que a sociedade brasileira tenha identidade de pertencimento, apesar da grande produtividade e inovação de serviços do sistema.

A saúde enquanto um direito social não é tema recorrente no ensino básico. Nesse espaço, a discussão sobre doenças e comportamentos individuais favoráveis à saúde é a opção adotada por aqueles que arriscam a incluir temas relacionados à saúde na sua prática pedagógica, mesmo limitando o seu conceito a aspectos biológicos e comportamentais. Assim, torna-se fundamental que a escola, espaço que contribui na formação da cidadania, aborde a saúde enquanto um direito, que favoreça a discussão sobre o SUS, seus princípios, organização e diretrizes de funcionamento, bem como seus avanços e desafios, contribuindo para que toda população brasileira conheça seus direitos à saúde e consolide-os no seu cotidiano.

### **Educações em saúde: possibilidades de abordagens**

A escola é considerada como um espaço de aprendizagem, de trocas de informações, de construção do conhecimento, entre tantas outras possibilidades. Na interface com a saúde, a educação escolar é uma potente ferramenta de educação em saúde, consolidando-se como espaço fértil para questionamentos, pesquisas, criações e inovações.

Figueiredo et al. (2010) afirmaram que, no espaço escolar, o saber teórico-prático sobre saúde e doença foi construído de acordo com o cenário ideológico da época e as questões sobre saúde abordadas com base no referencial teórico de cada momento. Há muito tempo, a educação em saúde na escola tem centrado sua ação nas individualidades, tentando mudar comportamentos e atitudes, sem muitas vezes considerar as inúmeras influências provenientes da realidade extraescolar. Tal postura não tem logrado efeitos positivos e duradouros. Valadão (2004) faz uma distinção entre educação em saúde e educação para a saúde. Para a autora, a educação para a saúde estaria mais atrelada às informações sobre autocuidado e comportamentos tidos como saudáveis, enquanto que a educação em saúde enfatiza a participação do cidadão em processos de acesso e gestão de serviços de saúde, além de

agregar experiências educativas, a fim de elucidar conhecimentos acerca da saúde individual e coletiva. A adoção de um ou outro termo, no ambiente escolar, concentra-se em mudanças de hábitos individuais e estilos de vida apresentados como saudáveis. A educação tem se incumbido do papel de reproduzir um conhecimento sobre estilos de vida mais propícios para manter-se com saúde, todavia, sem discutir o papel do poder público nesse processo, ou seja, discussões sobre o direito à saúde.

O ensino de saúde na escola apresenta-se como um contexto favorável, caso possua uma perspectiva de formação cidadã e crítica, que favoreça a conquista de autonomia dos estudantes e um conhecimento da saúde em seu conceito mais amplo. A discussão no ambiente escolar sobre a saúde enquanto uma produção social cumpre o papel formador da escola quando põe em debate os aspectos sociais que determinam e condicionam a saúde individual e coletiva. A educação em saúde propõe identificar o que estudantes sabem sobre saúde e o que eles podem fazer, contemplando as individualidades e desenvolvendo capacidades de atuar sobre os processos de saúde-doença, atrelado ao exercício de cidadania (DEMARZO; AQUILANTE, 2008). O trabalho com o tema ocorrerá como uma produção coletiva, integrando aos conteúdos das diversas disciplinas, como apontaram os PCN, de forma a evidenciar saberes e práticas que contribuem para a saúde.

A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) entende que a educação em saúde deve focar-se numa perspectiva integral, na criação de ambientes e entorno saudáveis e numa articulação com os equipamentos sociais do território, como por exemplo, as unidades e serviços de saúde. Para tanto, uma escola deve promover saúde a partir do diálogo, da reflexão sobre as realidades, dos valores, das individualidades dos sujeitos e de ações coletivas. Para alcançar este objetivo, a saúde precisa estar inserida no Projeto Político Pedagógico (PPP) de cada escola, de forma a direcionar os processos pedagógicos articulados e coerentes de acordo com cada realidade e contexto.

Ensinar saúde implica ensinar sobre a condição humana, Nesta perspectiva, é importante fundamentar-se em Morin (2002), que destaca que “o ser humano é ao mesmo tempo físico, biológico, psíquico, cultural, social e histórico”. As condições que o ser humano vive são condições determinantes no seu estado de saúde e é relevante que a escola destaque este aspecto, pois, apesar de existir limites na educação básica quanto ao tema saúde, esse nível educacional deve superar a maneira restrita de abordá-lo.

## **Considerações finais**

A relação entre direito à saúde e educação precisa ser abordada em seu aspecto positivo priorizar ações visando à melhoria da qualidade de vida, superando a concepção que saúde é apenas uma oposição à doença. Nessa compreensão, a saúde tem determinações biológicas, culturais e sociais, portanto, assume uma dimensão ampla, em contraponto à lógica apenas biológica, individual e fragmentada, como muitas vezes é reproduzida na escola.

A instituição escolar assume uma função estratégica de educação na cidadania, e esse espaço de convivência coletiva tem o poder e o dever de potencializar a discussão sobre a saúde enquanto um direito. Além disso, reconhecer-se como uma escola promotora de saúde e lutar por melhores condições de saúde de determinadas populações. É importante que a escola se engaje em ações coletivas, para se tornar um espaço com ambiente saudável, poderá também identificar a existência e o funcionamento de sistema local de saúde, entre outras ações que

resultem em melhoria das condições de vida e do bem-estar da comunidade intra e extraescolar, bem como de outros cidadãos.

## Referências

- ALMEIDA-FILHO, N. M. **O que é saúde?** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013.
- BRASIL. **Lei Orgânica da Saúde n. 8.080**, de 19 de setembro de 1990.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional da Educação - PNE 2014-2024**. Brasília, 2014. Disponível em: <[www.pne.mec.gov.br](http://www.pne.mec.gov.br)>. Acesso em 12 ago. 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. 2016. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio>>. Acesso em 30 set. 2016.
- Brasil. Ministério da Educação e Cultura. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 12 ago. 1971. Seção 1.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais**. Brasília: MEC-SEF, 1998.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **A construção do SUS: histórias da Reforma Sanitária e do processo participativo**. 2006.
- COTTA, R. M.; AZEREDO, C. M.; SCHOTT, M.; FRANCESCHINI, S. C. C.; PRIORE, S. E. Sobre o conhecimento e a consciência sanitária brasileira: o papel estratégico dos profissionais e usuários no sistema sanitário. **RMMG – Revista Médica de Minas Gerais**, v.16, n.1, 2006, p. 2-8.
- CUTOLO, L. R. A. Modelo Biomédico, Reforma Sanitária e a Educação Pediátrica. **Arquivos Catarinenses de Medicina**, v. 35, n. 4, p. 16-24, 2006.
- DEMARZO, M. M. P.; AQUILANTE, A. G. Saúde escolar e escolas promotoras de saúde. In: **Programa de Atualização em Medicina de Família e Comunidade**. Porto Alegre: Artmed: Pan-Americana, v. 3, 2008, p. 49-76.
- FIGUEIREDO, T. A. M. et al. A Saúde na escola: um breve resgate histórico. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v.15, n. 2, 2010, p. 397- 402.
- GATTI, B. A.; NUNES, M. M. R. **Formação de professores para o ensino fundamental: estudo de currículos das licenciaturas em pedagogia, língua portuguesa, matemática e ciências biológicas**. São Paulo: FCC/DPE, 2009.
- LEONELLO, V. M.; L'ABBATE, S. Health education in schools: an approach based on the curriculum and perception of undergraduate education students. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 10, n.19, 2006, p.149-66.
- LOMÔNACO, A. F. S. **Concepções de saúde e cotidiano escolar: o viés do saber e da prática**. 2004. 27ª Reunião da ANPED. Disponível em: <<http://27reuniao.anped.org.br/gt06/t063.pdf>. 2006>. Acesso em 20 jun. 2016.

MARTINS, L. **Saúde no contexto educacional: as abordagens de saúde em um livro didático de biologia largamente usado no ensino médio brasileiro.** Dissertação (Mestrado). 2011. 174f. Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências. Universidade Federal da Bahia.

MARTINS, I.; FREITAS, E. O. Concepções de saúde no livro didático de ciências. **Ensaio Pesquisa Educação em Ciências**, v.10, n.2, 2008.

MARTINS, L. SANTOS, G. S. EL-HANI, C. N. Abordagens de saúde em um livro didático de biologia largamente utilizado no ensino médio brasileiro. **Investigações em Ensino de Ciências**, v.17, n.1, 2012, p. 249-283.

MOHR, A. Saúde na escola: análise de livros didáticos de 1ª a 4ª séries. **Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas**, v. 94, 1995, p. 50-57.

MORIN, E. **Les Sept Savoirs Nécessaires À L'Éducation Du Futur.** UNESCO, 2002.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Constituição da Organização Mundial da Saúde.** 1946. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-Organizacao-Mundial-da-Saude/constituicao-da-organizacao-mundial-da-saude-omswho.html>>. Acesso em: 12 ago. 2016.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **Escolas promotoras da saúde.** 2009. Disponível em: <<http://www.paho.org/hq/>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

NÚÑES, I. B.; RAMALHO, B. L.; SILVA, I. K. P. et al. A seleção dos livros didáticos: Um saber necessário ao professor. O caso do ensino de Ciências. **Revista Iberoamericana de Educación.** Disponível em: <<http://rieoei.org/deloslectores/427Beltran.pdf>>. Acesso em 15 jun. 2016.

PAIM, J. S. **Desafios para a saúde coletiva no século XXI.** Salvador: EDUFBA, 2006.

SANTOS, L. **Conhecendo seus direitos na saúde pública.** Campinas: Conselho Nacional de Secretários de Saúde, 2006.

SOUSA, M. C. **Saúde na escola: analisando os caminhos da intersectorialidade.** 2014. 103f. Dissertação (Mestrado). Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, 2014.

TANAKA, C.; BORGHI, W. M. M. C.; MOIMAZ, S. A. S. et al. Analysis of the content about oral health in the pedagogical material of the science discipline in the primary school. **Revista Odontológica**, v. 37 n. 2, 2008, p.103-107.

VALADÃO, M. M. **Saúde na escola: um campo em busca de espaço na agenda intersectorial.** 2004. 154f. Tese (Doutorado), Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, 2004.

VILLARDI, M. L. **A Equipe da Saúde da Família e a atenção à saúde da criança em idade escolar: um desafio social.** Dissertação (Mestrado) Botucatu – Faculdade de Medicina de Botucatu, 2011.